

Relatório da Administração

A Administração do Banco A. J. Renner S.A. (Banco Renner ou Instituição), em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

FOCO DE ATUAÇÃO

O Banco Renner é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Porto Alegre/RS e está autorizado pelo BACEN a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento.

A Instituição é controlada pela Renner Participações S.A., holding de capital fechado, cujo controle acionário pertence a membros da família Renner e a B.A. Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do Grupo RECORD.

O foco de atuação são as operações de financiamento de veículos usados, as quais representam atualmente cerca de 89% do negócio do Banco Renner, em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de CDC.

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD.

O Banco Renner mantém uma política de utilizar como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB). Também é utilizado eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, o mecanismo de cessão de créditos que compõem a sua carteira para outras instituições financeiras, com as quais mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A Administração considerou satisfatório o resultado do 1º semestre de 2019, no qual manteve-se linear a taxa básica de juros em relação ao exercício de 2018, a qual influencia diretamente o custo de *funding* do Banco Renner. Outros aspectos foram fundamentais para a alavancagem do Banco, tais como a ampliação dos mercados de financiamentos de veículos para outros estados, novos produtos ofertados através da nossa plataforma digital, na qual proporciona diariamente maior comodidade e facilidade para nossos clientes na realização das suas operações através do *mobile bank*.

Principais destaques do ano:

- O lucro líquido apurado no 1º semestre de 2019 foi de R\$ 24.724 mil (R\$ 14.697 mil no 1º semestre de 2018), representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE) na ordem de 29,88%. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, apresentou um aumento de 68,22%, equivalente a um crescimento de 9,2 pontos percentuais no ROE.

- A principal influência no crescimento do lucro líquido refere-se ao aumento das tarifas de cadastro, que em junho de 2019 é composta pelo montante de R\$ 17.103 (R\$ 7.757 mil no mesmo período do ano anterior), e ao comissionamento no montante de R\$ 8.518 em 30 de junho de 2019.

- As receitas da intermediação financeira apuradas neste semestre foram de R\$ 148.732 mil (R\$ 136.021 mil no mesmo período do ano anterior) e a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 29.281 mil (R\$ 33.791 mil no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento em relação ao ano anterior de 9,34%, na despesa de créditos de liquidação duvidosa.
- As despesas da intermediação financeira apuradas no 1º semestre de 2019 foram de R\$ 54.490 mil (R\$ 32.980 mil no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 65,22%.
- As despesas de pessoal somadas as outras despesas administrativas finalizaram no 1º semestre de 2019 em R\$ 59.898 mil (R\$ 49.011 mil no mesmo período do ano anterior), apresentando um aumento de 22,21%.

- A carteira de operações de crédito finalizou o 1º semestre de 2019 com um saldo de R\$ 1.184.381 mil (R\$ 931.009 mil no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 27,21%.

do período do ano anterior), apresentando um crescimento de 27,21%. O CDC-Veículos, principal produto do portfólio do Banco Renner, apresentou um crescimento de 35,44% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A carteira de depósitos a prazo encerrou o 1º semestre de 2019 com um saldo de R\$ 1.130.139 mil (R\$ 1.020.432 mil no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 10,75%.

Em relação ao Índice de Basileia, o Banco Renner encerrou o 1º semestre de 2019 com o índice de 12,14% (12,92% no mesmo período do ano anterior). Cabe destacar, que o capital da Instituição é formado a 100% por capital de nível 1.

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	jun-19	jun-18	Varição
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira ..	148.732	136.021	9,34%
Despesas da captação no mercado	(54.490)	(32.980)	65,22%
Margem Financeira Bruta	94.242	103.041	-8,54%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa ..	(29.281)	(33.791)	-13,35%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	64.961	69.250	-6,19%
Receitas de tarifas bancárias	36.124	12.469	189,71%
Despesas de pessoal e administrativas ..	(59.898)	(49.011)	22,21%
Outras despesas - líquidas	6	(5.565)	-100,11%
Resultado antes da Tributação e das Participações	41.193	27.143	51,76%
Imposto de renda e contribuição social ..	(13.650)	(11.118)	22,77%
Participações no lucro	(2.819)	(1.328)	112,27%
Lucro Líquido do Semestre	24.724	14.697	68,22%

BALANÇO PATRIMONIAL	2019	2018	Varição
Disponibilidades	271.852	296.184	-8,22%
Operações de crédito	1.184.381	931.009	27,21%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..	(54.473)	(55.161)	-1,25%
Outros créditos	106.918	77.413	38,11%
Permanente	17.062	10.676	59,82%
Total do Ativo	1.525.740	1.260.121	21,08%
Depósitos à vista	14.002	1.574	789,58%
Depósitos a prazo	1.130.139	1.020.432	10,75%
Outras obrigações	199.888	88.857	124,95%
Patrimônio Líquido	181.711	149.258	21,74%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.525.740	1.260.121	21,08%

CARTEIRA DE CRÉDITO E DE DEPÓSITOS A PRAZO	2019	2018	Varição
Veículos	1.073.928	792.943	35,44%
Capital de giro	66.040	104.852	-37,02%
Consignado privado	24.273	23.406	3,70%
Crédito pessoal	16.148	1.585	918,80%
Títulos descontados	2.256	4.781	-52,81%
Antecipação de aluguéis	1.736	3.442	-49,56%
Total da Carteira de Crédito	1.184.381	931.009	27,21%
CDB Pós-fixado	793.296	393.576	101,72%
DPE Pós-fixado	334.169	492.777	-32,19%
DPE Pós-fixado	-	123.838	-100,00%
DPE Pós-fixado	-	7.738	-100,00%
RDB Pós-fixado	1.485	1.977	-24,89%
RDB Pós-fixado	559	526	6,27%
Total da Carteira de Depósitos	1.130.139	1.020.432	10,75%

INDICADORES	2019	2018	Varição
Retorno sobre patrimônio líquido médio (ROE)	29,88%	20,71%	9,17 (p.p)
Retorno sobre ativo total médio (ROA) ..	3,55%	2,27%	1,28 (p.p)
Índice de Basileia (IB)	12,14%	12,92%	-0,78 (p.p)
Inadimplência	5,94%	8,69%	-2,75 (p.p)
PLCD / Carteira de crédito	4,60%	5,92%	-1,33 (p.p)

GESTÃO DE RISCOS

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação ampla dos Diretores e da Gerência de Riscos. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo

Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.678/13, estão divulgados no site da Instituição, www.bancorenner.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital.

Em atendimento à Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

Formalizamos em políticas e normativas internas as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos e Controles Internos é participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

Risco operacional
 O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos e Controles Internos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

Risco de mercado
 A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação - *banking book* (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.

Risco de liquidez
 Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

Risco de crédito
 Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Gerenciamento de capital
 Conforme previsto nas Resoluções 4.192/13, 4.193/13 e 4.557/17, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial, no qual são executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital.

O Departamento de Riscos e Controles Internos é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pela alta administração e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, os índices estão assim apresentados:

Índice de Basileia	2019	2018
Patrimônio de referência (PR)	170.480	146.345
Capital principal (nível 1)	170.480	146.345
Capital social	140.000	120.000
Reservas de lucros	18.223	15.296
Sobras ou Lucros Acumulados	23.488	13.962
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis ..	(11.231)	(2.913)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.404.033	1.132.396
Risco de crédito (RWACPD)	1.030.652	833.778
Risco de mercado (RWAMPAD)	15.476	8.941
Risco de taxa de câmbio (RWACAM)	15.476	8.941
Risco operacional (RWAOPAD)	357.905	289.677
Carteira <i>banking</i> (RBA)	3.991	7.718
Adicional de Conservação Capital Principal Margem sobre PR considerando o RBA ..	35.101	21.232
Índice de Basileia	12,14%	12,92%
Índice de Imobilização	2,24%	5,08%

Concentração da carteira de crédito
 Em 30 de junho de 2019, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 11,32% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R\$ 19,2 milhões em operações de crédito. Este cliente possui participação como interveniente/sacado em outras operações de crédito no montante de R\$ 38,92 milhões. Estas exposições estão de acordo com os limites internos estabelecidos pelo Banco. As demais operações do Banco estão pulverizadas.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA
Títulos e valores mobiliários
 Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, os Diretores declaram ter em intenção que o Banco Renner mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 336 mil (R\$ 313 mil no mesmo período do ano anterior), apresentados na nota explicativa nº 7. Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos.

Demonstrações financeiras
 Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco Renner para o semestre findo em 30 de junho de 2019. Declaram, também, que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, autorizando sua emissão em 12 de agosto de 2019.

OUIDORIA INSTITUCIONAL
 A estrutura de Ouvidoria do Banco Renner está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES
 No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco Renner não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

AGRADECIMENTOS
 Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação e, reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma administração focada em resultados, sem abrir mão do tripé: segurança, liquidez e rentabilidade, que caracterizou nossa trajetória ao longo desses mais de 35 anos.

Balanco Patrimonial - Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	894.816	815.560
Disponibilidades	3.093	383
Aplicações interfinanceiras de liquidez ..	265.425	291.321
Aplicações no mercado aberto (Nota 6) ..	265.425	291.321
Relações interfinanceiras	3.334	4.167
Pagamentos e recebimentos a liquidar ..	3.061	2.833
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	273	1.334
Operações de crédito	562.673	484.587
Setor privado (Nota 8)	547.736	504.771
Créditos cedidos (Nota 8)	53.426	19.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(38.489)	(40.000)
Outros créditos	49.103	32.820
Diversos (Nota 10)	49.103	32.820
Outros valores e bens	11.188	2.282
Despesas antecipadas	10.988	1.049
Bens não de uso próprio	200	1.233
ATIVO NÃO CIRCULANTE	630.924	444.561
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	613.862	433.885
Aplicações interfinanceiras de liquidez ..	-	99
Aplicações no mercado aberto (Nota 6) ..	-	99
Títulos e valores mobiliários	336	313
Carteira própria (Nota 7)	336	313
Operações de crédito	567.235	391.261
Setor privado (Nota 8)	543.685	392.473
Créditos cedidos (Nota 8)	39.534	13.949
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(15.984)	(15.161)
Outros créditos	43.704	41.501
Diversos (Nota 10)	43.704	41.501
Outros valores e bens	2.587	711
Despesas antecipadas	2.587	711
PERMANENTE	17.062	10.676
Investimentos	4.251	3.798
Participações em controladas no País ..	4.251	3.798
(Nota 11)	3.816	4.348
Imobilização em curso (Nota 12)	-	2.126
Outras imobilizações de uso (Nota 12) ..	8.554	5.763
Depreciações acumuladas (Nota 12)	(4.738)	(3.543)
Intangível	8.995	2.532
Gastos de aquisição e desenvolvimento (Nota 13)	11.761	4.112
Amortizações acumuladas (Nota 13)	(2.766)	(1.580)
TOTAL DO ATIVO	1.525.740	1.260.121

Passivo Circulante

	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	646.641	696.328
Depósitos	493.684	647.085
Depósitos à vista (Nota 14)	14.002	1.574
Depósitos a prazo (Nota 14)	479.682	645.511
Relações Interfinanceiras	197	36
Pagamentos e recebimentos a liquidar ..	197	36
Outras obrigações	152.760	49.207
Contração e arrecadação de tributos e assemelhados	879	440
Sociais e estatutárias (Nota 15.1)	2.979	1.699
Fiscais e previdenciárias (Nota 15.2)	27.243	18.466
Diversas (Nota 15.3)	121.659	28.602

Passivo Não Circulante

	2019	2018
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	697.388	414.535
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	697.388	414.535
Depósitos	650.457	374.921
Depósitos a prazo (Nota 14)	650.457	374.921
Outras obrigações	46.931	39.614
Sociais e estatutárias (Nota 15.1)	847	790
Diversas (Nota 15.3)	46.084	38.824

Patrimônio Líquido

	2019	2018
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.711	149.258
Capital social	140.000	120.000
De domiciliados no País (Nota 16.1)	140.000	120.000
Reservas de lucros (Nota 16.2)	18.223	15.296
Lucros acumulados	23.488	13.962

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2019	2018
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.525.740	1.260.121

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**
 O Banco A. J. Renner S.A. (Banco) é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Renner Participações S.A. e, sua sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 300, 13º andar, Porto Alegre/RS.
 O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimentos.
 A Renner Participações S.A.

4. GESTÃO DE RISCOS
O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação ampla dos Diretores e da Gerência de Riscos. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.678/13, estão divulgados no site da Instituição, www.bancorenenr.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parâmetros de requerimento de capital.
Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.
As normas e políticas e normativas internas são diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.
O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos e Controles Internos é participante da segunda linha de defesa.
O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.
(a) Risco operacional
O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos e Controles Internos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles.
A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.
Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.
(b) Risco de crédito
A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação - *banking book* (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.
(c) Risco de liquidez
Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.
(d) Risco de crédito
Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
(e) Gerenciamento de capital
Conforme previsto nas Resoluções 4.192/13, 4.193/13 e 4.557/17, a apuração do capital requerido e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial, no qual são executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital.
O Departamento de Riscos e Controles Internos é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pela alta administração e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, os índices estão assim apresentados:

	2019	2018
Patrimônio de referência (PR)	170.480	146.345
Capital principal (nível I)	170.480	146.345
Capital social	140.000	120.000
Reservas de lucros	18.223	15.296
Sobra ou lucros acumulados	23.488	13.962
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis	(11.231)	(2.913)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.404.033	1.132.396
Risco de crédito (RWACPAD)	1.030.652	833.778
Risco de mercado (RWAMPAD)	15.476	8.941
Risco de taxa de câmbio (RWACAM)	15.476	8.941
Risco operacional (RWAOPAD)	357.905	289.677
Carteira <i>banking</i> (RBA)	3.991	7.718
Adicionalmente considerando o Capital Principal	35.921	21.232
Margem sobre o PR considerando o RBA	19.065	19.726
Índice de Basileia	12,14%	12,92%
Índice de imobilização	2,24%	5,08%

Concentração da carteira de crédito
Em 30 de junho de 2019, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 11,32% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R\$ 19,2 milhões em operações de crédito. Este cliente possui participação como interveniente/sacado em outras operações de crédito no montante de R\$ 38,92 milhões. Estas exposições estão de acordo com os limites internos estabelecidos pelo Banco. As demais operações do Banco estão pulverizadas.
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas demonstrações contábeis, nas quais:
5.1 Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata temporis*, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, fidejuciarizado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar equivalentes ao período futuro.
5.2 Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos inferiores à data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
5.3 Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável.
5.4 Títulos e valores mobiliários:

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem arrematados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem arrematados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos ao resultado do semestre quando da efetiva realização.
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.
O Banco detém títulos públicos federais, classificados como mantidos até o vencimento, os quais são atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do semestre, conforme demonstrado na nota nº 7.
Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.
5.5 Operações de crédito e depósitos: As operações de crédito e depósitos a prazo pré-fixados estão atualizadas e demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço, as operações de crédito, depósitos interfinanceiros e os depósitos a prazo, bem como as demais operações ativas e passivas pós-fixadas, são atualizadas *pro rata temporis*, pelo método exponencial.
(a) Classificação das operações de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, na qual requer uma análise periódica da carteira e sua classificação em níveis, iniciando no AA (risco mínimo) e finalizando no H (risco máximo).
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como renda quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixados contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Confor-

me Resolução CMN nº 2.682/1999, pode ocorrer a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver novos fatos que justificarem a mudança do nível de risco.
5.6 Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável, a movimentação dos investimentos está demonstrada na nota nº 11.
5.7 Imobilização: Está registrada ao custo de aquisição e está sujeita à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.
5.8 Intangível: Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo de 5 anos.
5.9 Provisão para imposto de renda: A provisão para o imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil ao ano (R\$ 120 mil no semestre). A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 15%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".
5.10 Contingências: O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, tendo como base o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (Nota nº 15.3).
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo.
A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5.11 Lucro por ações: Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.
6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As operações compromissadas (posição bancada - vendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).
As aplicações em depósitos interfinanceiros são realizadas com prazos pré-determinados sem livre movimentação, remuneradas em média a 104,88% de taxa média diária divulgada pela CETIP para os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue:

	2019	2018		
Posição bancada	Até 90 dias	Após 90 dias	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	140.992	-	140.992	140.720
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	50.003
Subtotal	140.992	-	140.992	190.723
Aplicações em depósitos interfinanceiros	92.543	31.890	124.433	100.697
Total	233.535	31.890	265.425	291.420
Parcela de curto prazo	-	-	265.425	291.321
Parcela de longo prazo	-	-	-	99

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Em 30 de junho de 2019, o saldo dos títulos e valores mobiliários é de R\$ 336 (R\$ 313 em 2018), com vencimentos acima de 360 dias, representados por letras financeiras do tesouro, indexados pela SELIC.
O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 336.
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as informações da carteira de operações de crédito são assim sumarizadas:

	2019	2018		
a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação				
Sector privado				
Empréstimos	88.639	142.157		
Títulos descontados	2.256	5.244		
Financiamentos	1.000.527	749.843		
Créditos cedidos	92.959	33.765		
Subtotal	1.184.381	931.009		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.473)	(55.161)		
Total	1.129.908	875.848		
Parcela de curto prazo	562.673	484.587		
Parcela de longo prazo	567.235	391.261		
b. Diversificação da carteira por segmento de mercado				
Sector Privado	Valor	%	Valor	%
Indústria	20	0,00	539	0,06
Comércio	6.704	0,57	5.015	0,54
Serviços	77.150	6,51	107.428	11,54
Pessoas físicas	1.100.507	92,92	819.027	87,86
Total	1.184.381	100,00	931.009	100,00
c. Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	45.181	3,84	32.233	3,48
A vencer até 3 meses	162.358	13,71	160.341	17,22
A vencer de 3 a 12 meses	393.622	33,32	332.014	35,66
A vencer de 1 a 3 anos	513.133	43,23	370.442	39,79
A vencer de 3 a 5 anos	70.062	5,92	35.979	3,86
A vencer a mais de 5 anos	25	0,00	-	-
Total	1.184.381	100,00	931.009	100,00
d. Diversificação da carteira por nível de concentração (por clientes)	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	67.076	5,66	94.721	10,17
50 seguintes maiores clientes	10.526	0,89	15.942	1,71
100 seguintes maiores clientes	2.523	0,21	5.479	0,59
Demais clientes	1.104.256	93,24	814.867	87,53
Total	1.184.381	100,00	931.009	100,00

e. Cessão de créditos
No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco não efetuou cessão de créditos com retenção substancial de riscos, porém no semestre findo em 30 de junho de 2018 o Banco efetuou cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios, no montante de R\$ 44.843, conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN n.º 3.533, de 31 de janeiro de 2008, vigente a partir de 01 de janeiro de 2012.
O saldo em aberto à data presente das operações cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios em 30 de junho de 2019 é de R\$ 92.959 (R\$ 33.765 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - diversas - Obrigações por operações vinculadas a cessão" no montante de R\$ 119.953 (R\$ 38.574 em 2018), tendo apropriado receitas no montante de R\$ 15.714 (R\$ 1.687 em 2018) e despesas no montante de R\$ 10.632 (R\$ 1.137 em 2018).
f. Renegociação
No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram renegociados créditos no montante de R\$ 48.170 (R\$ 9.367 em 2018).
9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	2019	2018
Descrição		
(=) Saldo inicial	(60.077)	(48.457)
(+) Constituição	(29.281)	(33.791)
(-) Créditos baixados para prejuízo	34.885	27.087
(=) Saldo final	(54.473)	(55.161)

Em 30 de junho de 2019, o risco da carteira de crédito estava assim distribuído:

	2019	2018
Nível de risco	%	%
A	0,5	0,2
B	82,075	8,201
C	57,273	1,718
D	20,245	2,465
E	12,963	3,889
F	9,578	4,789
G	5,932	4,152
H	1,838	31,838
Total	1.184.381	54.473

	2019	2018
Nível de risco	%	%
A	0,5	0,2
B	82,075	8,201
C	57,273	1,718
D	20,245	2,465
E	12,963	3,889
F	9,578	4,789
G	5,932	4,152
H	1,838	31,838
Total	1.184.381	54.473

	2019	2018
Parcela de curto prazo	601.162	38.489
Parcela de longo prazo	583.219	15.984
Total	1.184.381	54.473

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.
Foram recuperados no semestre findo 30 de junho de 2019 créditos no montante de R\$ 3.197 (R\$ 5.566 em 2018), registrados na rubrica de receita de operações de crédito.
10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Devedores por depósitos em garantia	9.110	4.760
Depósitos para interposição de recursos tributários	1.001	892
Depósitos para interposição de recursos trabalhistas	6.186	1.940
Depósitos para caução de operações de cartão de crédito	1.916	1.928
Depósitos para caução de aluguel	7	-
Créditos tributários (a)	44.384	58.468
Impostos e contribuições a compensar	24.833	7.358
Cobranças bancárias	1.029	775
Títulos e créditos	8.359	491
Comissões	1.614	-
Créditos diversos	3.478	2.469
Total	92.807	74.321
Parcela de curto prazo	49.103	32.820
Parcela de longo prazo	43.704	41.501
(a) Em 30 de junho de 2019 e de 2018, foram constituídos créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e contribuição social, conforme suas bases geradoras.		

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
O Banco detém de investimentos em controladas, das quais exercem atividades operacionais distintas, sendo:
(a) Cristal Administradora de Cartões de Crédito Ltda.: Exerce atividades de gestão e administração de cartões de crédito e de débito.
(b) Renner Promotora de Vendas e Serviços Ltda.: Em 28 de março de 2019, foi deliberada a extinção e baixa desta empresa.
A participação do investimento no semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018, é demonstrada da seguinte forma:

	2019	2018
Dados do investimento:		
Capital social	8.500	600
Patrimônio líquido	5.006	3.086
Percentual de participação	99,999%	99,99%
Lucro líquido do semestre	(755)	(131)
226		

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, os investimentos apresentaram as seguintes movimentações:

	2019	2018
Dados do investimento:		
(=) Saldo inicial	2.805	2.980
Equivalência Patrimonial	(754)	(51)
Aumento de capital	2.400	-
Baixa do Investimento	(2.929)	-
(=) Saldo final	4.251	-

	2019	2018
12. IMOBILIZADO		
Móveis instalações e equipamentos de uso		
Em 30 de junho de 2018		
Custo	1.020	101
Depreciação acumulada	(582)	(67)
Saldo contábil, líquido em 30 de junho de 2018	438	34
Em 31 de dezembro de 2018		
Saldo inicial	483	52
Aquisições	217	48
Transferência de bens da Renner Promotora	47	43
Depreciação	(157)	(54)
Saldo contábil, líquido em 30 de junho de 2019	590	89
Em 30 de junho de 2019		
Custo	1.382	214
Depreciação acumulada	(792)	(125)
Saldo contábil, líquido em 30 de junho de 2019	590	89

	2019	2018
13. INTANGÍVEL		
Outros ativos intangíveis		
Em 30 de junho de 2018		
Custo	4.112	-
Amortização	(1.580)	-
Saldo contábil líquido	2.532	-
Em 31 de dezembro de 2018		
Saldo inicial	7.005	-
Aquisições	2.774	-
Amortização	(784)	-
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2019	8.995	-
Em 30 de junho de 2019		
Custo	11.761	-
Amortização	(2.766)	-
Saldo contábil líquido	8.995	-

	2019	2018	
14. DEPOSITOS			
a. Composição por vencimento			
Vencimentos	A vista	A prazo	Total
Sem vencimento	14.002	-	14.002
Até 3 meses	-	158.674	158.674
De 3 a 12 meses	-	321.007	321.007
De 1 a 3 anos	-	472.709	472.709

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuições sociais, menos participações	38.374	25.815
Imposto de renda à alíquota de 15%	(5.756)	(3.872)
Adicional de Imposto de renda à alíquota de 10%	(3.813)	(2.557)
Contribuição social à alíquota de 20%	-	(5.163)
Contribuição social à alíquota de 15%	(5.756)	-
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(15.337)	(11.592)
Efeito sobre a equivalência patrimonial	362	102
Outros	1.325	372
Total de imposto de renda e contribuição social	(13.650)	(11.118)
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
	2019	2018
Ativo circulante		
Outros créditos – controlada	116	36
Passivo circulante e exigível a longo prazo		
Depósitos à vista:	780	139
Pessoas físicas:	500	91
Administradores	463	77
Outras	37	14
Pessoas jurídicas:	280	48
Controladora	85	36
Controladores diretos e indiretos	126	12
Outras	69	-
Depósitos a prazo:	237.304	203.568
Pessoas físicas:	6.485	35.091
Administradores	2.950	27.865
Outras	3.535	7.226
Pessoas jurídicas:	230.819	168.477
Controladora direta	1.207	104
Controladores indiretos	158.110	99.978
Controladas	1.757	3.137
Outras (a)	69.745	65.258
Outras obrigações - diversificadas – controlada ..	-	5
Despesas:		
Outras despesas administrativas		
Despesas de comissões com a Renner		
Promotora (b)	-	1.538
Despesas de captação	7.225	4.604
(a) Refere-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.		
(b) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de cobranças.		
Remuneração dos administradores		
A remuneração dos administradores totalizou no semestre findo em 30 de junho de 2019 R\$ 2.610 (R\$ 2.283 em 2018).		
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
A gestão dos instrumentos financeiros é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme regulamentação do BACEN e boas práticas internacionais e, são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, se finalidade é para proteção contra risco (<i>hedge</i>) ou não.		
A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira de negociação, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (<i>Economic Value of Equity</i>) – parcela <i>Rban</i> – e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.		
Desta forma, o Banco utiliza como política contratar instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos decorrentes das ex-		

posições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros, instrumentos de proteção (*hedge*) e, classifica estes instrumentos de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

22. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2019, o Banco apresenta avais e fianças prestados a clientes no montante de R\$ 1.223 (R\$ 1.075 em 2018) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários. Em 30 de junho de 2019 e de 2018 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

Diretoria		
João Luiz Urbaneja Diretor	Thiago Rodrigues Urbaneja Diretor	
Eduardo de Oliveira Guedes Diretor	Joelson Barbosa Boeira Diretor	
Idaiana Regina Fischer Contadora-CRC/RS 081865-O-1 CPF 969.740.440-20		
Manifestação do Conselho de Administração		
O Conselho de Administração do Banco A.J. Renner S.A., no exercício das atribuições que confere a Lei 6.404, de 15.12.1976 e, disposições correlatas do Estatuto Social, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.		
Dessa forma, com base nas análises e revisões realizadas e com base no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, aprovou os referidos documentos, por unanimidade.		
Porto Alegre, 12 de agosto de 2019.		
Felicitas Renner	João Luiz Urbaneja	Mathias Otto Renner
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis		
Aos:		
Acionistas e Administradores do Banco A. J. Renner S.A. Porto Alegre – RS		
Opinião		
Examinamos as demonstrações contábeis do Banco A. J. Renner S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.		
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco A. J. Renner S.A., em		

30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança ra-

zoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2019

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1